

# Olhares sobre a relação PCB e "campesinato"

Airton Souza de Lima

**Como citar:** LIMA, A. S. de. Olhares sobre a relação PCB e "campesinato". *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 265-268.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p265-268>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Olhares sobre a relação PCB e “campesinato”

Airton Souza de Lima\*

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) precisa entrar para a história como pioneiro dos movimentos rurais organizados no país. Pioneiro em incluir o tema do “campesinato” em seu programa já na segunda metade da década de vinte, do século passado, através da concepção do Bloco Operário Camponês (BOC), bem como em fundar as primeiras associações, ligas e células de trabalhadores rurais no interior de São Paulo em 1945, quando teve início sua legalidade. Mesmo de volta a ilegalidade, já em 1947, ao longo da década de cinqüenta a participação do PCB nos movimentos populares no campo foi decisiva, como em Formoso e Trombas (GO), por exemplo. Desenrola-se abaixo em linhas gerais, o debate sobre a relação “campesinato” e “agentes externos”, com destaque para o caso brasileiro, e a subseqüente compreensão das contradições enfrentadas e vividas pelo PCB na sua militância no meio rural. Ao final, destaca-se a importância do conceito gramsciano de “revolução passiva” no sentido de compreender as condições históricas do processo histórico brasileiro, impostas ao Partido em sua investida no campo.

A discussão sobre a relação “campesinato” e “agentes externos” é ampla e bastante complexa. Na corrente marxista surge desde o início uma dificuldade: ocorre que Marx tem como objeto a formação da sociedade burguesa, sendo pouco sistemáticas as análises que tangenciaram o campesinato, como acontece, por exemplo, em “*O 18 de Brumário de Luis Felipe Bonaparte*”. O historiador Eric Hobsbawm, ortodoxo na leitura deste texto, considera determinante ou fundamental a ação do partido político para que os movimentos sociais no campo deixem o seu isolamento e avancem das formas pré-políticas (messianismo, banditismo) às formas políticas (associações, sindicatos, etc.). Para Hobsbawm, no máximo, “os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política local, mas sua verdadeira dificuldade reside em discernir os movimentos políticos mais amplos”. (Hobsbawm, 1978, p.51) De sua perspectiva, o isolamento do camponês e “*sua conseqüente ignorância*” torna impossíveis formas de ação camponesa sem liderança nem organização.

Sem invalidar a distinção entre político e pré-político, José de Souza Martins, sociólogo estudioso dos movimentos sociais no Brasil, pretende tornar relativos estes conceitos no que toca o papel dos agentes externos. Primeiramente porque tal idéia restringida por puro esquematismo poderia sugerir que deixaram de existir messianismo, banditismo, etc. e, em segundo lugar, porque os “próprios partidos têm boa dose de responsabilidade na orientação pré-política dos movimentos camponeses no Brasil”. (Martins, p.30) A sua tese geral, ao contrário da de Hobsbawm, mostra que no caso brasileiro as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e incorporação do problema “camponês” e da questão agrária.

\* LINHA 3 DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS –UNESP –MARÍLIA ORIENTADOR: PAULO R. RODRIGUES DA CUNHA.. (airtonsocial@yahoo.com.br)

Chega a um resultado semelhante Isabel Faleiros ao analisar a militância comunista no interior paulista e o caso de Porecatu (PR) no início dos anos cinquenta. Essa autora contrapõe as concepções e doutrinas do PCB sobre a relação da classe operária e os "camponeses", as interpretações da realidade brasileira do Partidão e a prática da militância, de onde resultava uma dupla orientação dos comunistas: uma que implicava na "ação revolucionária" e outra, na atuação dentro dos limites legais, fruto do entrechoque, na militância, das palavras de ordem com as demandas imediatas. (Faleiros, 1989, p. 147-157) A constante auto-crítica à subestimação do trabalho do Partido no campo indicaria a disjunção das linhas políticas adotadas, "a teoria, na prática é outra". O Partido teria feito uma adequação mecânica das teses da III Internacional Comunista, não realizando o princípio leninista da prerrogativa da elaboração da teoria revolucionária, adotando uma teoria acabada, pronta. Com isso, a tese "anti-feudal e antiimperialista" lançou o PCB nas diferentes estratégias de luta no campo e não tolheu sua presença no campo. Seus limites seriam de outra ordem, quais sejam: o de não conferir à luta econômica um caráter político, mantendo as demandas econômicas solucionáveis no interior do capitalismo e o não engendramento de novas formas de luta e compreensão da realidade concreta capaz de superá-la. (Faleiros, 1989, p. 236-238)

O antropólogo marxista Eric Wolf fica no meio termo das duas posições anteriores, pois reconhece que os mediadores entre os camponeses e a sociedade mais ampla desempenharam "um papel significativo no envolvimento do camponês nas sublevações políticas".(p.12), todavia, após uma releitura das Revoluções Camponesas do Século XX, primando pela análise dos comportamentos e perspectivas, dos sistemas de comunicação e etc., conclui que: "Não há provas que confirmem a opinião segundo a qual os camponeses continuariam tranquilos, se não fossem os agitadores externos."(Wolf, 1984, p.360) Para esse autor, se determinada classe da sociedade mais ampla vai agir à favor ou contra o campesinato, depende das circunstâncias históricas próprias e dos interesses suscitados por essas mesmas circunstâncias.(Wolf, 1984, p.13)

Já o cientista social, Paulo R. R. da Cunha, no bojo da discussão sobre o papel dos mediadores, considera que o amadurecimento de um partido e de seus militantes na tentativa de elaborar uma estratégia revolucionária no campo não deve ser lido apenas como uma proposta interveniente e deliberada de contenção dos impulsos sociais no campo. (Cunha, 1994, p.28)

Sendo assim, antes de nos perguntarmos se o PCB impede ou impulsiona os movimentos populares no campo brasileiro, há que se verificar as "circunstâncias históricas" que o condicionam. No que se refere ao período de 1945 até 1956 as tais circunstancias foram decisivas para a militância vermelha no meio rural como um todo, com episódios marcantes como o de Porecatu (PR) e Formoso e Trombas (GO), onde a luta pela terra passou pelo crivo das armas. A legalidade vivida pelo Partido Comunista entre 1945 e 1947 o projetou na organização de associações e ligas camponesas no interior de São Paulo, dentro de uma linha diretiva de acumulação de forças. No entanto, com a Guerra Fria em 1947 e o seu retorno à ilegalidade, o Partidão assume uma postura sectária se afastando das organizações legais e criando sindicatos paralelos. A radicalização do discurso dos Manifestos de 1948 e de 1950 leva a um esvaziamento do PCB, esse fator somado a repressão, encolhem o avanço da organização dos trabalhadores rurais. Somente após a Resolução de 1952 e a autocrítica de 1953 e 1954 é que se inicia uma nova etapa no campo e, segundo Luiz Flávio C. Costa, o que propiciaria uma reversão do quadro de marginalidade das populações do campo do jogo político.

(Costa, 1996, p. 28) Outra contribuição importante para esse debate é a de Medeiros, uma vez que em sua tese de doutoramento<sup>1</sup> ela enxerga os limites nas análises como a de Faleiros e de Luiz Flávio C. Costa, na pouca compreensão da natureza da atuação do PCB, não deixando perceber que tipo de questões colocou para a conformação do "campesinato". Isso desse modo, pois, toma-se como ponto de referência os erros e os acertos das diretrizes e da prática do Partidão, sendo "a não correspondência entre as propostas e a realidade a indicação de suas incapacidades ou limitações, tanto maiores quanto mais a análise tinha por referência a cúpula partidária." (Medeiros, 1995, p. 35)

Desde suas primeiras abordagens,<sup>2</sup> Leonilde S. de Medeiros parte do pressuposto de que a origem das lutas deve ser buscada no interior do processo de contradições vividas pelos trabalhadores rurais, devido ao rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores. Os partidos, especialmente o PCB, a Igreja e os sindicatos não aparecem como "causadores" dos movimentos rurais e sim como tendo um papel de projeção, no sentido de levar essas lutas para fora delas mesmas. (Medeiros, 1989, p.13) Essa sua leitura amadureceu na direção da interdisciplinaridade entre sociologia, ciência política, história e antropologia, visando superar interpretações que considera "lineares" e compreender a formação da categoria de trabalhador agrícola, camponês a partir do conceito de "classe social" do inglês E. P. Thompson. Para esse pensador as classes são um vir a ser no tempo, um processo inacabado de relações e conflitos (Thompson, 1987, pp. 10-12), daí decorre que o eixo analítico de Medeiros gira em torno da produção de uma linguagem específica e de uma imagem de classe para e pelos trabalhadores do campo. (Medeiros, 1995, p.46) Pois, é a partir da categoria "campesinato", resgatada de uma dada compreensão do desenvolvimento do capitalismo na Europa, que o PCB tentaria forjar uma identidade que englobasse a diversidade de situações presentes no campo e uma bandeira que lhe daria sentido histórico: a reforma agrária. (Medeiros, 1989, p.28)

Resulta dessa discussão o cuidado em escapar do tipo de abordagem que procura acertos ou erros das diretrizes do PCB e entender a trajetória da militância comunista na luta pela terra como um processo de amadurecimento, dentro de determinadas "circunstâncias históricas" ou condições de possibilidade que irão aproximá-lo ou não do homem do campo. Nesse sentido, não abrir mão da idéia de processo histórico permite relacionar política e história, vida e política, a partir do conceito de Gramsci de "bloco histórico", isto é, a unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos. (Gramsci, 1968, p.12)

A terminologia de Gramsci não nos permite falar em classe "camponesa", ou mesmo em classe operária, que não tenha consciência de si e de seus fins programáticos, tal como torna possível o conceito mais flexível de Thompson. Todavia, não há dúvida de que é possível fazer a contextualização necessária da relação entre o PCB e as massas rurais, ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir de seu conceito de "revolução passiva", onde as transformações exigidas pelas forças produtivas sobre as relações de produção, são conduzidas pelas classes dominantes, interessadas em manter o *status quo*. Isso implica no bloqueio àquilo que Vianna chamou de "modernização vinda de baixo", num sistema de classes

<sup>1</sup> Tese defendida em 1995 na Universidade Estadual de Campinas, com o título: Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.

<sup>2</sup> Trata-se, no caso, de sua obra publicada em 1989, pela editora Fase, *História dos movimentos sociais no campo*.

urbanas que combinasse a burguesia urbana e/ou demais classes urbanas com a propriedade camponesa, o que seria possível caso o Estado não amparasse politicamente a manutenção do latifúndio. (Vianna, 1976, p. 134) É a partir desse prisma que a história do PCB no campo brasileiro precisa ser compreendida e criticada, afim de reconhecer sua contribuição na luta pelo protagonismo político das classes subalternas do meio rural, bem como suas limitações.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Luís Flávio C. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ, 1996.
- CUNHA, Paulo R. O PCB e a Questão Agrária – 1950-64. In: *Aconteceu Longe Demais*: A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964. Tese (mestrado em sociologia). PUC – São Paulo. São Paulo, 1996.
- FALEIROS, Maria Isabel L. *Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964)*. São Paulo, 1989. 243p. Tese (doutoramento em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. O Moderno Príncipe. In: *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 3-102
- HOBBSAWM, Eric. “Os camponeses e a política”. *Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro, 1978
- IANNI, Octavio. Revoluções camponesas na América Latina. In: *Revoluções camponesas na América Latina*. José Vicente Tavares dos Santos (org.). São Paulo: editora Ícone Ltda, 1985
- LIMA, Airton S. *Vitimas do ódio: a luta pela terra em Tupã, a repressão e a militância comunista no interior paulista*. Trabalho de Conclusão de Curso (de graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Marília, 2005
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O poder do atraso, ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo, Hucitec, 1994
- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989
- \_\_\_\_\_. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995
- POMAR, P. E. da R. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002
- SILVA, Lyndolpho. *O camponês e a história: a construção da Ulta e a construção da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. CUNHA, Paulo R. (org.) São Paulo:
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. I – A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. *Lutas Camponesas no Interior Paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOLF, Eric. R. *Guerras Camponesas no século XX*. São Paulo: global, 1984.
- VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976